

ESTRATÉGIAS AGRÍCOLAS DE SOBREVIVÊNCIA E RESILIÊNCIA Á FOME: SUAS RELAÇÕES ENTRE AS COMUNIDADES INDÍGENAS DE CATU NO BRASIL E WATSUA EM PANDA - MOÇAMBIQUE.

ANASTÂNCIA ARMANDO MUCUHO¹

nataxamucuhu@gmail.com

CASIMIRO WAETE AGOSTINHO²

Casimiro.agostinho.@ufrn.edu.br

JOSÉ EDVALDO LOPES³

edvaldodoutorufrn@gmail.com

Resumo

Este texto visa analisar as estratégias de produção agrícola adotadas como estratégias de sobrevivência e resiliência à fome pelas comunidades indígenas Watsua de Panda em Moçambique e Catú no Brasil. É uma pesquisa com roteiro metodológico baseado no trabalho de campo com observação participante, fundamentada pela revisão literária científica relacionada à agricultura tradicional indígena bem como as políticas públicas e iniciativas voltadas para a preservação da cultura e dos recursos naturais. Na sequência entrevistas foram realizadas com os stakeholders, para explorar as experiências e vivências dos povos indígenas de etnias diferentes, mas com histórias similares de luta. Os resultados mostram que as estratégias adotadas por ambos, coadunam no sistema produtivo, a agricultura familiar de sequeiro, policultura, uso de fogo, caça e pesca cujos produtos são destinados ao autoconsumo e comércio. Bem como enfrentam, desafios para o desenvolvimento rural, tanto que passam privações que tende a acentuar desde o acesso às infraestruturas, técnicas modernas de produção, assistência técnica e crédito. Porém estas estratégias trazem resultados significativos prévios, havendo necessidade de um treinamento contínuo dos agricultores para aprimorar o modelo de produção através de prática adequada de consociação, pousio integrado com a criação de animais, cultivos precoces, estocagem (celeiros) de alimentos e de água na época seca. Embora haja políticas agrícolas que defendem esses aspectos, revelam-se inconsistentes deixando os agricultores à própria sorte sem acesso aos direitos e serviços que impactariam na melhoria de vida como aferiu-se acima.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Estratégias, Etnias Indígenas.

INTRODUÇÃO

A fome segundo Bliska *et.al.*, (2009) é uma sensação fisiológica que um organismo sente quando precisa de reposição nutricional, que resulta da privação crônica de alimentação suficiente durante um período de tempo, podendo causar má nutrição ou desnutrição. É um problema que afeta milhares de pessoas no mundo, especialmente em comunidades indígenas carentes e vulneráveis. Suas consequências podem ser o mal-estar físico e psicológico com impacto no desenvolvimento, na mortalidade infantil e na esperança média de vida das populações mais como os indígenas.

A insegurança alimentar (IA) ou fome está intrinsecamente relacionada às diferenciações sociais e tem como fator gerador a pobreza, que cresce nos últimos anos. Segundo o IBGE (2020), a pobreza da população passou de 25,7% para 26,5% entre 2016 e 2017 e que entre 2017 e 2018, 52,1% da população rural e 41% da urbana viveu algum grau de IA, sendo mais evidente na zona rural.

A falta de acesso a alimentos suficientes e nutritivos nas comunidades indígenas, agravada por desafios como mudanças climáticas, degradação ambiental e dificuldades no acesso a insumos agrícolas, torna essencial a busca por estratégias de sobrevivência e resiliência para garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade desses povos.

A agricultura familiar desempenha um papel crucial na segurança alimentar e nutricional, proporcionando alimentos em quantidade e qualidade adequadas às populações (CONSEA, 2004, p. 25).

A agricultura familiar é a forma de produção agrícola em que a propriedade, sua gestão e a maior parte do trabalho, vêm de pessoas com laços de sangue ou de casamento entre si Abramovay (1999), podendo alcançar mais de 75% da população, Mosca (2017) e cooperativismo (Singer, 2002). É a partir da produção das famílias agricultoras que veem a maior parte dos alimentos que consumimos, além disso, é modo de cultivo sustentável que garante o trabalho e sustento de muitas famílias no campo e na cidade.

Segundo o INE (2008) a agricultura emprega mais de 75% da população moçambicana e na história mundial é o setor que responde por cerca de 30% do PIB, embora entre os anos 2015 a 2018, tenha baixado até 22% do PIB (Banco Mundial, 2019).

Ao longo dos anos são notáveis alterações no sistema agrícola que inclui técnicas e instrumentos aplicados, culturas desenvolvidas e os sistemas de cultivo aplicados, que ocorrem em função do aumento da demanda do alimento, condicionado pelo crescimento demográfico e pela melhoria de condições econômicas de alguns países (IPCC, 2014).

Apesar dessas notáveis transformações, algumas comunidades indígenas, como os *Catu* no Brasil e os *Watsuas* de Panda em Moçambique, ambos os grupos étnicos distintos, mas com histórias semelhantes de luta pela sobrevivência, continuam profundamente afetadas pela fome. Para esses povos, a agricultura familiar, praticada em sistemas de sequeiro e itinerante com base em técnicas tradicionais, permanece uma fonte vital de sobrevivência e uma forma de resiliência frente à escassez de alimentos.

De acordo com Singer (2005) as experiências de resiliência e de adaptação ambiental levaram aos moradores de Panda e Catu a desenvolverem alguns hábitos coletivos que se constituem como economia solidária. Pois, estas ações representam uma concepção mais aproximada das novas práticas de desenvolvimento local/comunitário, ao apontar a solidariedade como elemento aglutinador das forças sociais necessárias para a construção de uma sociedade mais igualitária.

As comunidades indígenas de Catu e *Watsua* são agrupamentos étnicos, constituídos por populações localizadas na zona rural com histórias similares de resistência e luta pela sobrevivência.

Para Oliveira (2023) a resistência e resiliência se misturam no viver indígena, nos seus saberes ancestrais, na sua relação com a terra e com que ela produz sem visar no lucro, transformando, mas também sendo transformado pela natureza, e com isso aprendendo. O viver indígena reflete na sua forma de trabalho, tanto que a caça, a pesca, a agricultura e outras práticas extractivistas são feitas sob uma perspectiva de quem vive na e com a natureza e não apenas dela.

A pesquisa analisou as estratégias agrícolas de sobrevivência e resiliência utilizadas nas comunidades indígenas baseando-se em semelhanças e diferenças de práticas e saberes locais.

MATERIAIS E MÉTODOS

A partir de dados primários coletados por meio do diálogo com os membros representantes das comunidades locais envolvidas, o senhor Cacique em Catu e Antônio em Panda de forma a obter informações fiáveis sobre as práticas agrícolas, conhecimentos tradicionais e desafios enfrentados na agricultura. Na sequência do diário de campo e através da observação da realidade foram perceptíveis as diferentes estratégias de sobrevivência e resiliência adotadas localmente pelas comunidades de forma a solucionar os problemas de fome. E para finalizar foi feita pesquisa bibliográfica. Por outro lado, analisou-se a agricultura tradicional na comunidade indígenas, sua importância para a preservação ambiental, a manutenção da biodiversidade e os desafios enfrentados. Portanto, nestas comunidades são aplicadas práticas ou técnicas tradicionais a base de ferramentas manualmente manipuláveis como enxada de cabo curto, facão e tração animal.

Comunidade Indígena de Catu/Brasil

A comunidade indígena de Catu pertence à Área de Proteção Ambiental (APA). É uma região situada em dois municípios, Canguaretama e Goianinha com uma densidade populacional de 142 famílias e uma população de 726 pessoas autodeclaradas indígenas da etnia Potiguara, que vivem nas margens do rio, onde são preparados os roçados. Segundo Chaveiro *et. al.*, (2017) a expressão “Catu” significa “bom”, “agradável”; “canguaretama” quer dizer “a região dos ossos”, “cemitério”, que faz referência à luta e resistência indígena.

O povo Catu, originário do antigo aldeamento de Igramació no século XVIII, sobreviveu à colonização e ao desmatamento causado por canaviais que disputavam suas terras indígenas desde o início da colonização IBGE (2015), historicamente, atividade como caça, pesca e coleta de frutos silvestres foi importante, mas perderam destaque devido ao intenso desmatamento. Negado e ocultado pelo governo local, esse grupo desenvolveu estratégias de resistência e sobrevivência, encontrando na agricultura familiar em regime de consorciação uma forma de refúgio e resiliência para manter sua comunidade viva e visível.

As atividades econômicas locais provêm da agricultura familiar e do trabalho com a cana-de-açúcar, além dos benefícios de programas sociais do governo como as formas de

sobrevivência à fome e de resistência no meio rural. A batata-doce é a mais evidenciada em todas as unidades de produção, podendo ser encontrada em todos os estágios na fase de plantio, desenvolvimento e ou colheita. Ao todo, são mais de trinta espécies de batatas-doces que são cultivadas, entre elas a batata trouxinha, a cenoura e a beterraba.

Atualmente os moradores não conseguem mais pescar nem caçar, devido à poluição e ao intenso desmatamento provocado pelo avanço dos canaviais. A indústria canavieira provoca a poluição dos rios, prejudica as plantações e provoca a degradação da mata ciliar, da nascente e das margens do rio, com o desmatamento. Para manter a identidade Potiguar Catu é feita a transmissão de conhecimentos tradicionais como a tradição oral, a música, os hábitos alimentares, o conhecimento das plantas, o saber dos curandeiros, garrafeiros e cipoeiros, a história, o toré, o artesanato e o ensino do idioma local Tupi as crianças na escola indígena temas integrados no currículo das escolas (informações verbais).

Comunidade indígena Watsua de Panda-Moçambique

A comunidade indígena “*Watsua*” de Panda possui uma população de cerca de 50 mil habitantes desde 2012, e com uma densidade populacional aproximada de 7.5 hab. m^2 , previsto que o em 2020 o distrito atinja 54 mil habitantes MAE (2014). É uma zona do interior, localizada na Província de Inhambane, região sul de Moçambique, considerada a mais seca, com uma superfície de 6.859 km^2 . Apresenta clima característico tropical quente, com duas estações distintas: a estação quente e úmida, que dura de outubro a março, e a estação fria e seca, que dura de abril a setembro.

A agricultura é a maior atividade econômica seguida da pesca na região, praticada nas margens de rios e lagoas, onde os solos possuem maior teor de água, favorecendo o processo de irrigação das culturas. Estas áreas contêm maior quantidade de matéria orgânica e menor composição de areia e conseqüentemente maior fertilidade, uma condição da escolha destes lugares que demanda uma boa distribuição do solo.

Atualmente com as alterações climáticas que se manifestam pelas chuvas irregulares e secas cíclicas e prolongadas, cheias e ciclones, associada às práticas humanas perniciosas (desmatamento, uso de fogo) estas áreas reduziram significativamente como o caudal do rio

Nhantokue, algumas lagoas secaram outras temporárias, deixando à população vulnerável à fome.

Em algumas comunidades, a economia é baseada na caça e na extração de recursos vegetais, como lenha, madeira e a palmeira brava, usada para produzir a bebida "Utchema". Essas práticas, de difícil controle, aceleram o desmatamento, agravado pelo uso do fogo para abrir áreas para agricultura ou pasto. Isso cria obstáculos ao desenvolvimento sustentável, com perdas de colheitas, florestas, vidas e degradação de infraestruturas. Como resultado, há um impacto negativo contínuo no meio ambiente e na economia local.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisarmos as origens e a história das comunidades indígenas de Catu e *Watsua*, percebeu-se que a relação com agricultura tradicional em ambos é ancestral. Investigamos as práticas agrícolas tradicionais adotadas pela comunidade, incluindo o cultivo de diversas espécies de plantas nativas. Além disso, foram abordadas as técnicas de manejo sustentável dos recursos naturais utilizadas pelas comunidades como plantio consorciado e as técnicas produtivas aplicadas.

A partir da Tabela 1, existem algumas diferenças, características distintas em conteúdos sociais: na estrutura demográfica, nos modelos de sociedade, nas ações culturais, inclusive na sociabilidade, entre Brasil e Moçambique, mas as semelhanças históricas consideráveis e interesses mútuos são evidentes. Das características e hábitos similares observados nessas comunidades destaca-se o processo de colonização Portuguesa, sofrido nos dois países, o clima tropical, a permanência de alguns grupos sociais nas zonas rurais bem como os desafios pela sobrevivência.

São povos que praticam agricultura familiar, de sequeiro e itinerante, cuja lógica da produção é de subsistência, ou seja, com o intuito de abastecimento do núcleo familiar e obtendo o excedente é comercializado em feiras, mercados locais e vizinhos ou trocado por outros para a aquisição de produtos (detergente, pasta de dente, remédios, material escolar, roupas, arroz, açúcar, óleo de cozinha), alguns instrumentos de auxílio cotidiano (utensílios domésticos e agrícolas) e serviços (pagar passagem, a educação dos filhos entre outros serviços básicos e

essenciais na manutenção das famílias).

Tabela 1, características das duas comunidades indígenas de Catu e *Watsua*

Pontos que compuseram a entrevista	Características das comunidades	
	<i>Watsua</i> de Moçambique	Catu do Brasil
Atividade básica	Agricultura familiar de sequeiro e itinerante e de regadio	Agricultura familiar sequeiro e itinerante e de regadio
Praticantes	Mulheres, crianças	Mulheres, crianças
Atividades praticadas	Agricultura familiar, pesca artesanal e caça	Agricultura familiar, pesca artesanal, caça
Culturas de rendimento	Algodão e castanha de caju	Cana de açúcar
Extrativismo vegetal	Extração de palmeira brava- produção da bebida alcohólica (<i>Utchema</i>), frutos silvestres (canhu, madeira e lenha).	Extração vegetal de frutos silvestres (mangaba ou batio, dos cipós e da taboca, bambu nativo e madeira, lenha).
Tipo de peixe	Tilápia e peixe gato	Traíra, piaba e camarão pitú
Culturas cultivadas	Cereais, tubérculos, leguminosas e frutíferas.	Feijões, cereais, hortícolas, fruteiras e tubérculos.
Técnicas de cultivo e plantio	Policultura, práticas tradicionais, plantio direto e indireto.	Policultura, práticas tradicionais, plantio direto e indireto,
Criação animal	Gado de bico (galinha e patos), gado suíno, caprino, ovino, bovino.	Gado bovino e cavala (equino) e de bico (galinhas e patos)
Áreas aráveis ou agricultáveis	Margens de rios, lagoas, planícies úmidas e machambas (roças).	Margens de rio e roças.
Destino da produção	Autoconsumo e comércio	Autoconsumo e comércio
Tipo de lavoura	Manual (enxada) e tração animal	Manual (enxada) e tração animal
Eventos comunitários	Reuniões familiares, relações de compadrio (mutirão) e festas.	Reuniões familiares, relações de compadrio (mutirão), festas e feiras.

Fonte: Autores

Geralmente a agricultura familiar nestas comunidades, é praticada por mulheres e crianças porque os homens, jovens e adultos das famílias deslocam - se a busca de melhores condições de vida em outras cidades vizinhas e em países vizinhos como África do sul, Tanzânia no caso de Moçambique e no Brasil para outras cidades e em países da Europa e América do Norte e Sul.

Neste modelo agrícola onde o lavrador adota práticas tradicionais e depende apenas das condições naturais como os indígenas a cooperação dos vizinhos é imprescindível, pois aumenta a esperança de uma boa safra e garante o sucesso na colheita.

Diante de tais situações os indígenas de Panda e Catu, se organizam a partir das relações familiares ou de compadrio e procedem com a colaboração. Os agricultores por vezes se juntam e se distribuem em grupos, onde as famílias se ajudam no processo produtivo, através do manejo em mutirões (relações de compadrio) desde a preparação da terra até a colheita nas unidades produtoras familiares, enquanto as crianças cuidam dos irmãos mais novos. Este processo facilita e garante a produção agrícola, promove troca de experiências, para que cada camponês conheça a produção do outro, suas técnicas e estratégias para o manejo da terra (solo) o recurso base natural de produção de alimentos. Portanto ao analisar minuciosamente este processo segundo Cândido, 2001, entende-se por mutirão um processo que:

“...consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo na sua propriedade a efetuar determinado trabalho que pode ser derrubada, lavoura, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, entre outras possíveis atividades. Ao fim da tarefa, geralmente os vizinhos na comunidade são convocados pelo beneficiário, onde são oferecidos alimento e uma festa de agradecimento pelo trabalho. Portanto, não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Este convite é frequente a um lavrador que depende exclusivamente da mão-de-obra doméstica, dando conta de uma época agrícola sem cooperação vicinal, (Cândido 2023, p. 88).”

Este processo envolve formas de ajuda mútua, ao mesmo tempo em que se manifesta a construção e execução de vários processos de reciprocidade e solidariedade, dos quais se constroem dinâmicas distintas nas relações sociais no âmbito das famílias e da comunidade.



Estas diferenças solidárias e ajuda mútua na comunidade de agricultores, refletem – se pela união em que todos comungam do mesmo propósito, situação observada nas comunidades indígena de Catu e *watsua* de Panda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As terras indígenas desempenham um papel fundamental na preservação da fauna e flora, contribuindo para a regulação do clima, manutenção da fertilidade do solo e controle de pragas, conforme relatado pela ONU e FILAC em 2012. Esses benefícios ultrapassam os limites das terras indígenas, evidenciando a importância da preservação ambiental e da defesa dos direitos dos povos originários como responsabilidade de toda a sociedade.

Para assegurar a sobrevivência e resiliência dessas comunidades, a intensificação da produção agroflorestal é apontada como uma solução para mitigar o desmatamento e promover a reposição da biodiversidade. Além disso, o governo tem promovido ações para sensibilizar as comunidades sobre a redução do uso de fogo nas atividades agrícolas e evitar práticas que possam levar à degradação do solo e dos ecossistemas, garantindo a sustentabilidade dos territórios indígenas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. (1998). Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Reforma agrária*, 28(1), 2.
- BAPTISTA, C. R. et al. *Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas*. 2 eds. Porto Alegre: Mediação, 2015.
- BLISKA, FM de M., et al. Custos de produção de café nas principais regiões produtoras do Brasil. 2009.
- BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.
- CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. (*No Title*), 1964.
- CASTRO, P. A. SOUSA ALVES, C. O.. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. *E-Mosaicos*, V. 7, P. 3-25, 2019.
- Chaveiro, E. F., & de Albuquerque Azevedo, H. A. M. (2017). A dádiva da semente: conexões de saberes entre Brasil e Moçambique. *Revista Estudo & Debate*, 24(3).
- CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: Gráfica e Editora Positiva, 2004.
- DE OLIVEIRA PAIVA, Danielle Pereira. Território Indígena: Terra de Resistência. *TEKOA*, 2023, 3.3.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise sobre a segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.
- Ministério de administração Estatal (MAE), PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) - 2014.
- MOSCA João, Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas 1 *REVISTA NERA*: Nº 38; Dossiê Observatório do Meio Rural (OMR) – Maputo, Moçambique, 2017.
- MUNDIAL, Banco. Agricultura y alimentos. Panorama General. *Obtenido de Banco Mundial*: <https://www.bancomundial.org/es/topic/agriculture/overview>, 2019, 1.
- SINGER, P. Políticas públicas de economia solidária. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29. Anais... Caxambu: Anpocs, 2005.